

Apresentação

Dossiê “130 anos de abolição no Brasil: Permanências e transformações”

No dia 13 de maio de 2018, relembramos os 130 anos do decreto que proibiu a escravidão no Brasil, a Lei Áurea. Foram mais de três séculos de escravidão documentada a partir da política estatal, cujos efeitos recaem em nossos índices sociais, políticos e econômicos ainda na atualidade. De acordo com o que fora apontado por Neusa Santos¹, a sociedade escravista, ao fazer do negro o pilar constitutivo da escravidão, “[...] demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco [...]” Contudo, apesar da abolição da escravidão, a espoliação social se mantém e busca novos elementos que a justifiquem, de modo a garantir os mesmos limites estreitos de participação da antiga ordem social.

A respeito da abolição em si, é interessante analisar tal processo como resultado de vários projetos políticos que mobilizaram a sociedade brasileira, dentre os quais, os próprios povos escravizados foram agentes. É interessante ainda, salientar que o projeto colocado em prática foi a escolha pela abolição sem reparação social e sem o desenvolvimento de reformas que integrassem os escravizados socialmente ou economicamente. A Lei Áurea foi uma tentativa de adaptação do Brasil ao modelo capitalista, o que acabou por gerar continuidade no processo de exclusão e desumanização dos ex-escravizados.

Esse dilema ainda não foi resolvido em nossa sociedade, uma vez que a população negra continua ocupando os menores índices sociais relacionados à saúde, educação e acesso aos serviços básicos, ao passo que ocupam os menores índices em cargos de chefia e nas universidades. Outra marca de exclusão em nossa sociedade são os silenciamentos e apagamentos da História relativos à temática das relações étnico raciais. Por muito tempo, a ideia de existência de uma democracia racial foi largamente difundida, o que contribuiu para os efeitos do racismo estrutural.

A história apresentada nos livros didáticos e nas narrativas oficiais valorizam de forma inequívoca os efeitos da promulgação dessa lei, assim como os interesses políticos e econômicos envolvidos no contexto social no qual o enredo abolicionista se desenvolveu. Simultaneamente, os povos escravizados permaneceram sendo analisados muito mais como objetos do que como agentes produtores de saberes. Em um momento de ataques sistemáticos aos professores, em geral, e à educação no Brasil, é fundamental destacar que a academia e os espaços da educação básica são instituições produtoras de conhecimento e narrativas que podem combater ou reproduzir estruturas sociais, como o racismo.

Nesse sentido, faz-se necessário perceber que em pleno século XXI, ainda vivemos sob a herança escravista e colonizadora, em uma sociedade construída a partir

¹SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 19.

de privilégios que ainda a sustentam. Como nas palavras da historiadora Giovana Xavier², “A história do pós-abolição tem mais a ver com o que começa depois do 13 de maio de 1888 do que com aquilo que termina com a assinatura da Lei Áurea”, ou seja, embora não possamos desconsiderar a importância do fato histórico de proibição da escravidão, é imprescindível compreender que o processo de dominação dos povos africanos e seus descendentes, bem como a resistência do mesmo ao longo desses anos, deve ser analisada e visibilizada como pauta.

Atualmente vivemos o crescimento do debate acadêmico acerca da importância dos sujeitos que foram esquecidos e das narrativas silenciadas no período do Pós-abolição, vale dizer, durante toda a experiência republicana no Brasil. Dessa forma, a revista Mosaico organizou um dossiê sobre os efeitos dos 130 anos de abolição, com o objetivo de divulgar estudos sobre o tema, bem como provocar o debate nas Ciências Humanas.

A atual publicação contém dez artigos sobre a temática do dossiê e quatro artigos na seção livre. O primeiro trabalho que apresentamos é de Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva. A partir da análise de fontes da Coleção Documentos Navais, em “Africanos livres do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar (1858-1872)”, ela apresenta o papel desempenhado pela Armada Imperial no tocante à adoção da escravização ilegal, além de abordar como a Instituição atuou nas negociações de emancipação por meio de políticas de concessão de alforria.

O artigo “Da contravenção penal ao crime de racismo: uma história de impunidade”, de Alexandre de Castro e Jémerson Quirino de Almeida, tem como objetivo central analisar e interpretar aspectos hermenêuticos relacionados ao crime de racismo no Brasil. O artigo realiza uma revisão bibliográfica e apresenta uma abordagem jurídico-sociológica no sentido de discutir a histórica descaracterização do crime de racismo.

Em “Cultura negra e mestiçagem para os interpretes do Brasil e seus espaços de disputa na sociedade contemporânea”, Ligia Cristina Machado analisa a presença de negros e da noção de negritude em espaços como a internet. Seu trabalho questiona ainda, como o discurso em torno dessa concepção foi construído e disputado, de modo que o espaço e reconhecimento não diminuíssem as raízes culturais negras.

Filipe Romão Juliano, em “Racismo: uma infecção do tempo da escravidão – a permanência do racismo no pós-Abolição, os quilombolas fluminenses e o seu combate”, analisa, a partir de conversas privadas e exposições públicas, percepções e formulações das lideranças quilombolas fluminenses sobre o racismo, especialmente os moradores do Quilombo Sacopã.

Vanessa de Araujo Andrade, em “A reforma Pereira Passos, a memória da escravidão e algumas implicações sociais e raciais”, analisa a quais ideais obedecia o novo projeto urbano, mostrando como as reformas impactaram nos símbolos tangíveis da memória da escravidão e também implicaram em estratégias de controle social do cotidiano e da cultura da população negra da cidade.

² Artigo publicado no Nexa: “A “escrevivência” do pós-abolição: histórias que não se apagam”

No artigo “Análise dos livros didáticos de geografia e a representatividade étnico-racial após 130 de abolição”, de Hellen Cristine da Silva Costa, debate-se a questão da representatividade negra nos livros didáticos de Geografia com o objetivo de rever e discutir os conteúdos relacionados à África e aos negros nos livros didáticos.

“Entre o Cais do Valongo de ontem e o Museu do Amanhã: Guerras de memória no Rio de Janeiro atual (2015-2017)” é um artigo de Henrique Pedro BresolinMontaza, que discute sobre dois espaços do porto do Rio de Janeiro. A presença dos dois monumentos em uma mesma região é analisando perante a dialética entre eles as disputas de memória, imagem e origens.

Henrique Marques Samyn em “A abolição como farsa no rap contemporâneo”, reflete sobre a representação da escravatura no rap contemporâneo brasileiro. O autor analisa três letras de música: “Fogo no pavio”, de GOG; “Mulheres negras”, composta por Eduardo Taddeo e gravada por Yzalú; e “Falsa abolição”, composta por Preta-Rara e gravada por Tarja Negra.

Através da análise dos laços fincados pela família migrante e negra Marques Neves, busca desmistificar o que considera uma tendência comum na historiografia – a invisibilização da imagem das famílias negras, no artigo intitulado “Fotografia de família negra”.

O artigo “Resistência negra pós-abolição no Norte do Brasil: a capoeira e o boi-bumbá”, escrito por Luiz Augusto Pinheiro Leal, aborda duas práticas culturais afro-brasileiras perseguidas no contexto pós-abolição: a capoeira e o boi-bumbá, que foram os principais instrumentos de mobilização e luta de indivíduos e coletividades negras frente ao processo de embranquecimento físico e cultural no Norte do Brasil.

Na seção de artigos livres, em “Entre colonizador & colonizado: aspectos culturais das cozinhas e identidades nacionais de Brasil e Portugal”, Talita Prado Barbosa Roim analisa como a culinária pode ser compreendida como parte de um contexto histórico-cultural e como um dos elementos constitutivos da formação da identidade nacional de um país.

O artigo “Cultura política patrimonialista e assistência social no Brasil”, de Renato SombergPfeffer, apresenta uma reflexão sobre as relações entre a política de assistência social e a cultura patrimonialista brasileira através de uma análise teórica e qualitativa.

Em “ ‘Um verdadeiro reino de terror nas montanhas’: o medo de uma Grécia comunista no Parlamento britânico (1944)”, Felipe Alexandre Silva de Souza analisa discussões travadas na Câmara dos Comuns com o objetivo de compreender dimensões da política externa inglesa debatendo o medo de uma revolução comunista na Grécia expressa entre os apoiadores da atuação das forças britânicas contra a Frente de Libertação Nacional (EAM).

Finalizando a seção, o texto “Representações migrantes em foco: o caso de suspeita de Ebola no Brasil em 2014 sob a perspectiva de migrantes e jornalistas” tem como objetivo analisar as representações dos fluxos migratórios contemporâneos envolvidos direta ou indiretamente nos casos de ebola. As representações analisadas são discutidas no impacto da vida dos brasileiros nos dias atuais.

No fechamento da edição, apresentamos duas entrevistas sobre a temática. A primeira entrevistada foi Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional, com formação em Medicina e Comunicação, além de ser uma das fundadoras da ONG Criola. Integra o Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres Brasil, o Board of Directors do Global Fund for Women, o Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos e o Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde. Atua principalmente nos temas: mulheres negras, cultura afrobrasileira, antirracismo, saúde da população negra, iniquidades em saúde, políticas públicas para a equidade de gênero e raça.

Nossa segunda entrevistada foi a professora Ynaê Lopes dos Santos, doutora em História Social pela USP. Atualmente é professora adjunta na Escola Superior de Ciências Sociais CPDOC/FGV e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da mesma instituição. É pesquisadora nas áreas de História da América, com ênfase em Escravidão nas Américas e Relações Étnico-Raciais, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, América ibérica, formação dos Estados Nacionais, cidades escravistas e ensino de história. É autora de três livros: História da África e do Brasil Afrodescendente, Licenciatura em História da África, Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850).

Isabella Trindade Menezes

Maria Clara Mello

Maria Lúcia B. S. Alexandre